

A ELITE IMPERIAL DO PORTO DAS CAIXAS:

Saquaremas no Poder

MIRIAN CRISTINA SIQUEIRA DE CRISTO*

RESUMO

O presente artigo relata a influência política e econômica que a família Rodrigues Torres obteve tanto na Freguesia de Nossa Senhora Imaculada Conceição do Porto das Caixas quanto no Império brasileiro, durante o século XIX. Porto das Caixas, atual distrito do município de Itaboraí, RJ, possuiu uma grande importância econômica, social e política durante o século XIX, para a província do Rio de Janeiro e para o próprio Império, sendo considerado o terceiro porto fluvial em importância comercial para a província do Rio de Janeiro pertencente ao recôncavo da Baía de Guanabara. Porto das Caixas tornou-se um importante centro comercial, não propriamente pelo comércio local, mas pelo elo de ligação entre mercadorias e passageiros, do interior para a corte e principalmente por ser o berço de figuras importantes do governo Imperial, encabeçadas pela família Rodrigues Torres.

Palavras-chave: Família Rodrigues Torres; Porto das Caixas; Império.

ABSTRACT

This article reports on the political and economic influence that the Rodrigues Torres family obtained both in the Parish of Our Lady of the Immaculate Conception of Porto das Caixas and in the Brazilian Empire during the 19th century. Porto das Caixas, present district of the municipality of Itaboraí, RJ, had great economic, social and political importance during the 19th century, for the province of Rio de Janeiro and for the Empire itself, being considered the third river port in commercial importance for the province of Rio de Janeiro belonging to the Guanabara Bay Recôncavo. Porto das Caixas became an important commercial center, not by local commerce, but by the link between goods and passengers, from the interior to the court and mainly because it is the cradle of important figures of the Imperial government, headed by the Rodrigues Torres family and his greatest representative.

Keywords: Family Rodrigues Torres; Porto das Caixas; Empire.

* Aluna do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, curso de Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira/Niterói, RJ.
E-mail: mirian.de.cristo.1978@gmail.com

Após a vinda da família real para o Brasil em 1808, D. João VI encontrou na região do Porto das Caixas uma elite formada por fidalgos portugueses, proprietários de terras e comerciantes¹. Em 1827 as relações comerciais do Porto refletiam bem a constituição da sua população mais abastada: donos de armazéns e casas comerciais tão importantes que, para trabalhar em alguns deles, era necessário o conhecimento do francês, alemão e o inglês, como pode-se ver no anúncio a seguir:

Perciza-se de huma pessoa para ser empregada em hum armazém de Molhados na vizinhança do Porto das Caixas, e que tenha conhecimento do mesmo negócio, assim como também o conhecimento das linguas Franceza, Portugueza, Ingleza, ou Allemaã, a quem convier a sua conducta, queira dirigir-se à Rua Direita, n. 193².

Os senhores de engenho da região também eram figuras relevantes. Possuir terras, escravos e participar da agricultura mercantil diferenciava-os dos demais colonos³, sem ao menos precisar de títulos oficiais. Maria Odília Leite da Silva Dias afirmou que o predomínio social dos comerciantes e sua íntima interdependência com os proprietários rurais proporcionou mecanismos de defesa e coesão do elitismo na sociedade brasileira⁴.

O elitismo escravocrata se formou inicialmente com homens da região que haviam acumulado alguns capitais no comércio e transporte de gêneros para o abastecimento da corte e que passaram a interessar-se pela produção do café, vindo a constituir a vanguarda da expansão cafeeira⁵. Percebe-se que a etapa de gestação da economia cafeeira também foi a de formação de um elitismo escravocrata, que desempenhou um papel fundamental no país.

Raymundo Faoro descreveu o poder dessa elite de proprietários rurais, afirmando que não apenas o conteúdo político do senhor rural mudou após o café, mas que essas transformações profundas foram responsáveis por uma mudança do status⁶. Emília Viotti da Costa foi mais além. Segundo Costa, essas elites usaram a produção agrícola do café para manter intacta a estrutura tradicional de produção, revelando-se pouco simpáticas às empresas industriais. Dessa forma, as condições que haviam inibido o desenvolvimento urbano no período colonial continuaram a atuar durante a primeira metade do século XIX, mesmo com a expansão econômica do café. Por isso os viajantes que percorreram o país nessa época continuaram a observar o profundo contraste que havia entre as cidades portuárias mais movimentadas, mais modernas, mais europeizadas e os núcleos urbanos do interior que, na sua quase totalidade, viviam à margem da civilização, meras extensões das zonas rurais⁷. Porto das Caixas foi um símbolo desse contraste: seu núcleo principal moderno em contrapartida com o resto da vila a qual pertencia, São João de Itaboraí, onde a ruralidade era a principal característica.

Para Júlio Bentivoglio de uma maneira ampla, a política econômica executada pelas elites no início do Segundo Reinado foi um processo vagaroso e articulado, refletido e pontual, que teve como objetivo o desenvolvimento da economia brasileira, à superação dos déficits, à organização do mercado e à confecção de uma infraestrutura adequada. Com um

1 FERREIRA, Osvaldo. *Itaboraí ontem e hoje: Síntese histórica*. Itaboraí, Rio de Janeiro: 1992, p.17.

2 *JORNAL DO COMMERCIO*. Rio de Janeiro: N° 3, vol. I, 03 de outubro de 1827, p.4.

3 MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1994, p.38.

4 DIAS, Maria Odília Leite da Silva. *A interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p.28.

5 FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 32ª edição, 2005, p.88.

6 FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001, p.287.

7 COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p.241.

começo duvidoso e dependente do cenário externo, a partir de 1844, ela assumiu um caráter profundamente voltado para os interesses nacionais. Impressiona o quanto a agenda liberal foi colocada em prática na reorganização do Estado e da economia: na organização do trabalho livre, na regulamentação da propriedade privada, na atuação do governo, na reforma da burocracia e na reestruturação das forças militares e policiais, entre outros aspectos. Ou seja, tais aspectos relativizam a demasiada importância que é dada aos conservadores e ao projeto saquarema⁸.

Cabe aqui realizar através da análise de alguns autores, colocações sobre o partido Liberal ou Luzias e o partido Conservador, também conhecidos como os Saquaremas. Essa análise é importante para a compreensão do alcance do poder político do Visconde de Itaboraí e de sua família junto ao segundo reinado. Joaquim José Rodrigues Torres tornou-se uma figura considerável no governo imperial e, juntamente com seu cunhado Paulino José Soares de Sousa, Visconde de Uruguai e Eusébio de Queiroz, formaram a Trindade Saquarema: “Nenhum bloco eleitoral foi mais considerável do que o de Rodrigues Torres e seu cunhado Paulino José Soares de Sousa, aliados a Honório Hermeto e ao espírito moderador da corte”⁹.

Para melhor entendimento da situação dos partidos no Segundo Reinado, é fundamental realizar um pequeno retorno a abdicação do trono por D. Pedro I. No trabalho escrito por Américo Brasiliense, intitulado *Os programas dos Partidos e o 2º Império*, publicado no ano de 1878, encontra-se a afirmação que a revolução de 7 de abril de 1831, com a renúncia do Imperador D. Pedro I em favor de seu filho D. Pedro de Alcântara, teve como consequência imediata o aparecimento na arena política do combate entre os partidos Restaurador, Republicano e Liberal. O Restaurador exigia a volta de D. Pedro I ao Brasil para ocupar o trono e dirigir os negócios do Estado. O partido Republicano pretendia o fim da monarquia. Já o partido Liberal sustentava a necessidade de reformas na constituição, conservando a monarquia. A ideia de monarquia federativa subdividiu o partido Liberal entre Moderados e Exaltados, ficando os Moderados em vantagem política em relação aos exaltados e aos demais partidos. Mesmo assim, com o objetivo de uma unificação partidária e para evitar novos embates políticos, os Moderados aceitaram alguns princípios políticos dos Exaltados. O surgimento do partido Conservador é datado no ano de 1837, com a renúncia de Diogo Antônio Feijó do cargo de regente do Império. Uma das principais distinções entre esses dois partidos políticos foi a necessidade de uma interpretação legal do ato adicional a constituição do Império¹⁰. O ato adicional foi um conjunto de mudanças e adições feitas na Constituição do Império, prevista nos arts. 174 a 177, decretadas pela câmara dos deputados no dia 12 de agosto de 1834, “autorizada por especial faculdade, sem intervenção do senado nem sanção do poder moderador”¹¹.

O partido Liberal sustentava que o ato adicional não necessitava de correções e que as províncias deveriam ter uma maior independência administrativa. Já os Conservadores consideravam essas ideias como ameaças a Império, principalmente as deliberações feitas pelas assembleias provinciais. Para os Conservadores era preciso fixar as atribuições das assembleias provinciais para evitar que “com suas variadas interpretações formassem

8 BENTIVOGLIO, Julio. “Política e diretrizes econômicas no início do segundo reinado (1840-1860): Limites e desafios da modernização”, *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*. 2003, p.1. Disponível em <http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_julio_bentivoglio_politica-e-diretrizes-economicas-no-inicio-do-segundo-reinado-1840-1860_limites-e-desafios-da-modernizacao.pdf>. Acesso em 06/08/2017.

9 CALMON, Pedro. *História do Brasil. Século XIX- Conclusão. O Império e a ordem liberal*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, volume V, 1963, p.1686.

10 BRASILIENSE, Américo. *Os programas dos Partidos e o 2º Império: Exposição de princípios*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878, p.7-10.

11 SÁ, F. Franco. *A reforma da Constituição: Estudo de historia Patria e direito constitucional*. Typographia Nacional, 1880, p.1.

estados nos estados"¹². A centralização política era uma das metas dos conservadores, com a defesa do poder moderador: "O imperador impera, governa e administra"¹³.

O autor Júlio Bentivoglio afirmou que, em relação aos autores que defendem a existência de partidos, existe uma certa concordância em dizer que o Partido Conservador teria surgido precisamente em 1837. O Partido Liberal, por sua vez, teria raízes anteriores que poderiam ser localizadas nas lutas da Independência. Bentivoglio afirmou que enquanto os conservadores formaram um partido que tinha um projeto definido e delegava a direção nacional a um grupo específico situado Rio de Janeiro a partir de 1837, tendo sua força se espalhando de forma mais ou menos homogênea pelo território brasileiro, envolvendo diferentes representantes em uma mesma agremiação, com a adesão a uma disciplina, os liberais sofreram de divisões e disputas internas, sobretudo entre paulistas, mineiros e pernambucanos, impedindo uma atuação mais coesa até meados de 1847¹⁴.

Já Raymundo Faoro afirmou que os Liberais representariam os interesses agrários, contrários ao avanço do poder central promovido pela burocracia. O Partido Conservador representaria fundamentalmente o estamento burocrático, expressão da monarquia portuguesa colonizadora e civilizadora, com a preocupação de absorver e cunhar interiormente a sociedade, enquanto o partido Liberal representaria a sociedade colonial, por meio da classe proprietária e, ocasionalmente, de duas ordens guerreiras, o caudilho e o bandido¹⁵. Azevedo Amaral, ao contrário de Faoro, viu nos conservadores os representantes dos interesses rurais da cana-de açúcar do nordeste e dos cafezais do Vale do Paraíba. Em campos opostos estavam os liberais, expoentes do espírito demagógico, elaborados no seio das classes, que tinha muito pouco ou nenhum contato com a vida econômica do país¹⁶.

Para Afonso Arinos de Melo Franco, os Liberais eram representantes da burguesia urbana, dos comerciantes, dos intelectuais e dos magistrados; e os conservadores representariam os interesses agrários, notadamente dos cafeicultores do Rio de Janeiro¹⁷. Nelson Werneck Sodré afirmou que os partidos Liberal e Conservador eram simples representantes dos interesses proprietários agrários e escravistas que dominavam a política imperial¹⁸. Em concordância com Sodré, Oliveira Vianna descreveu que os Liberais e Conservadores não eram somente iguais, mas constituíam simples clãs organizados para a exploração comum das vantagens do poder em uma sociedade quase feudal¹⁹. Caio Prado Júnior descreveu que os partidos tinham uma significação ideológica muito restrita, pois expressavam um grande império burguês, no qual existia apenas um conflito entre a burguesia reacionária, representada pelos donos da terra, e a burguesia progressista, relacionada ao comércio e às finanças²⁰.

Marco Morel relacionou a formação dos partidos políticos à construção das identidades políticas, entre 1820 e 1840, tentando descaracterizar a origem parlamentar dos partidos brasileiros devido à incoerência e à falta de laços sólidos entre os parlamentares. A seu ver, outros aspectos devem ser considerados, particularmente as ligações pessoais,

12 BRASILIENSE, *op.cit.*, p.14-15.

13 Discurso feito em 1869 no senado pelo então presidente do gabinete conservador, o Visconde de Itaborahy. 14 BENTIVOGLIO, Julio. "Cultura política e consciência histórica no Brasil: uma contribuição ao debate historiográfico sobre a formação dos partidos políticos no Império". *Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, v. 14, n. 3, 2010, p.539-551.

15 FAORO, *op.cit.*, p.456.

16 AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938, p.35.

17 FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

18 SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1967.

19 VIANNA, Oliveira. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. Disponível em < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1091/702813.pdf?sequence=4>>. Acesso em 17 de agosto de 2017.

20 JUNIOR, Caio Prado. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. Editora Brasiliense, 1953.

de parentesco, de compadrio, interesses sociais, afinidades intelectuais, econômicas ou regionais Para esse autor, um partido político, na primeira metade do século XIX, era mais do que tomar um partido e constituía-se em formas de agrupamento em torno de um líder, por meio de palavras de ordem e da imprensa, em determinados espaços associativos, ou de sociabilidade e a partir de interesses ou motivações específicas, além de se delimitarem por lealdades ou afinidades (intelectuais, econômicas, culturais, etc) entre seus participantes²¹. Já Ricardo Salles citou que os conservadores exerceram um papel de hegemonia e direção intelectual e moral sobre os Liberais e sobre a construção do Estado no período imperial a partir de 1835, de forma praticamente incontestada até a crise de 1868²².

Para Ilmar Rohloff de Mattos, os dois partidos estabeleceram uma distinção entre os movimentos levantados pela elite brasileira daqueles feitos pela parte letrada e pobre da população, demonstrando assim uma semelhança de pensamento elitista. Ambos partidos não admitiam “gente sem qualificação”, ou seja, eram representantes e representados pela alta sociedade brasileira. Mattos ainda afirmou que os Luzias e Saquaremas possuíam uma visão diferente sobre política e sociedade, visão essa que se formou desde o processo de colonização, consolidando após a construção do Estado Imperial e da constituição da classe senhorial. Luzias e Saquaremas, em suas pretensões de monopolizar ambas as faces do mundo do governo, apresentavam-se, em um só tempo, semelhantes, diferentes e hierarquizados. Assim, os Saquaremas eram intelectuais da classe senhorial em constituição, intimamente ligados ao Estado. Já os Luzias não conseguiram estar no governo do Estado porque insistiram em privilegiar o governo da Casa. Negaram o poder do Imperador quanto dos seus ministros, negaram o elemento português, negaram os regressistas e embaraçaram-se na questão da igualdade²³.

Apesar dos diversos conceitos sobre os Luzias e Saquaremas e das várias formas de diferenciação ou associação desses dois partidos, percebe-se que ambos eram formados pelas elites imperiais, tanto representados pelos grandes produtores escravocratas e comerciantes como pela elite intelectual, formada pelos “letrados”, principalmente os de Coimbra. A diferença ocorria basicamente nas interpretações políticas, com ambos lutando para a manutenção do prestígio e posição social alcançados:

A Trindade Saquarema teve seu nome graças a região em que seus principais líderes, Joaquim José Rodrigues Torres²⁴ e Paulino José Soares de Sousa (1807-1866), futuro Visconde de Uruguai, tinham sua base social e política. Os dois eram casados com filhas de João Álvares de Azevedo, grande proprietário rural na região. Paulino nasceu em Paris, para onde seu pai, mineiro de Paracatu, emigrara, lá se casando e se formando em medicina. A família se mudou para Portugal em 1814 e, seguida, veio para o Brasil, estabelecendo-se no Maranhão. Em 1823, Paulino foi para Coimbra, onde cursou até o quarto ano do curso de direito, que concluiria em São Paulo, em 1831²⁵. Paulino Soares de Souza foi eleito para a assembleia provincial do Rio de Janeiro em 1835, substituindo o Visconde de Itaboraá em 1836 no cargo de presidente da Província do Rio de Janeiro. Teve os cargos de ministro do Estado, senador, conselheiro do Estado e negociador de projeção internacional²⁶. Já origem da família Rodrigues Torres se deu

21 MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005, p.63.

22 SALLES, Ricardo. “O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado”, *Almanack*, v. 1, n. 4, 2012, p.18.

23 MATTOS, *op.cit.*, p.103-158.

24 Do grupo de homens de carreira política oriundos de Coimbra encontra-se o Joaquim José Rodrigues Torres. Coimbra funcionou como uma espécie de escola para o poder dos primeiros dirigentes pós-independência no Brasil. In: MOREL, *op.cit.*, p.175.

25 SALLES, *op.cit.*, p.18.

26 FILHO, João Lyra. *Visconde de Itaboraá: A luneta do império*. Rio de Janeiro: Gráfica Portinho Cavalcanti, 1985, p.19.

na Vila de Santa Maria Martin do Arcebispado, distrito de Braga, Norte Atlântico de Portugal, da província de “Entre-D’Ouro-e-Minho”, quase fronteira com a Galízia, na Espanha, hoje município de Braga. Lá viviam Manoel Rodrigues Torres e Antônia Francisca Rodrigues Torres, pais de Manoel José Rodrigues Torres, que emigrou para o Brasil e casou-se com Emerenciana Maria Mathildes Rodrigues Torres, filha de Antonio José da Costa e Joana Maria de Ferreira de Jesus. Manoel José e Emerenciana tiveram seis filhos: Cândido José Rodrigues Torres, Maria Carolina Rodrigues Torres, Bernardino José Rodrigues Torres, Antônio José Rodrigues Torres, Manoel José Rodrigues Torres e Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaborahy²⁷.

Joaquim José Rodrigues Torres nasceu na Fazenda da Cruz²⁸ no Porto das Caixas, dia 13 de dezembro de 1802²⁹, em uma família de profissionais liberais, negociantes, proprietários de prédios urbanos, oficinas e fazendas³⁰, na sua maioria nos arredores da vila de São João de Itaborahy. Estudou em Coimbra até 1822 e formou-se em Matemática em Paris. De volta ao Rio de Janeiro, foi nomeado professor dessas matérias na Escola da Marinha³¹. Torres chegou ao Império primeiramente como Ministro da Marinha em 1831 e após 3 anos, em 1834, assumiu o cargo de presidente da província do Rio de Janeiro³², paralelamente com início do grande auge econômico do Porto das Caixas, que teve começo na década de 30. Fez parte do terceiro Conselho de Estado³³, onde foi presidente no gabinete de 11 de maio de 1852 e simultaneamente ministro da Fazenda:

Foi Ministro de Estado dez vezes; pela primeira vez com 29 annos incompletos no 1º Gabinete da Regência Permanente de 16 de Julho de 1831, Ministro da Marinha nessa data, substituindo Bernardo Pereira de Vasconcellos na pasta da Fazenda em 1832; Ministro da Marinha no 3º Gabinete de 13 de Setembro de 1832, desde 7 de Novembro desse anno até 30 de Junho de 1834; Ministro da Marinha e interino da pasta da Guerra, no 1º Gabinete de 19 de Setembro de 1837, da Regência do Senador Marquez de Olinda; Ministro da Marinha no 4º Gabinete de 18 de Maio de 1840. Em 1852 assumiu a Presidencia do Conselho de Estado do 11º Gabinete de 11 de maio, ocupando a pasta da Fazenda³⁴.

O vínculo da presidência da Província com o poder central imperial fazia com que o executivo provincial torna-se um representante da corte³⁵, com enorme prestígio. A importância de Joaquim José Rodrigues Torres e de sua família foi tanta na região do Porto das Caixas que a mesma foi citada em duas obras diferentes do viajante D. P. Kidder: *O Brasil e os brasileiros* (esboço histórico e descritivo) e *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil* (Rio de Janeiro e província de São Paulo). Nesses livros, Kidder relacionou a localidade

27 Disponível em: <http://familiarrodriguestorres.blogspot.com.br/2009/10/origem-da-familia-rodrigues-torres_05.html>. Acesso em 04 de janeiro de 2017.

28 REZNIK, Luís; GONÇALVES, Marcia de Almeida; CONDURU, Roberto; FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Patrimônio cultural do Leste Fluminense: história e memória de Itaboraí, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim e Tanguá*. Rio de Janeiro: EDUERJ; PETROBRAS, 2013, p.91.

29 FILHO, *op.cit.*, p.15.

30 SANTOS, Ana Maria dos. *Vida Econômica de Itaboraí no século XIX*. Dissertação apresentada ao curso de mestrado da Universidade Federal Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro: UFF, 1975, p. 49.

31 VASCONCELLOS, Barão de; VASCONCELLOS, Barão Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Suíça:Lausanne, 1917, p.200.

32 BRASIL. *Carta imperial de D. Pedro II, Imperador do Brasil, a Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, nomeando-o primeiro presidente da província do Rio de Janeiro em 23/08/1834*. Museu Imperial, Coleção Visconde de Itaboraí. Disponível em <<http://187.16.250.90:10358/handle/acervo/193>>. Acesso em 27 de maio de 2016.

33 Em 1841 volta o Conselho de Estado com funções bem definidas: aconselhar o Imperador, sempre que este devesse exercer algumas de suas atribuições privadas. Para saber mais sobre o assunto consulte: VAIFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.165.

34 VASCONCELLOS, *op.cit.*, p.201.

35 LIMA, José Edson Schumann. *A Província fluminense: administração provincial no tempo do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2012, p.31.

com o Visconde de Itaborahy: “Além de sua importância comercial, Porto das Caixas é notável por ser a residência da família do Visconde de Itaborahy (Senhor Joaquim José Rodrigues Torres)”³⁶. O apoio político da família Rodrigues Torres, as construções de redes clientelares e o ápice comercial do café impulsionaram Porto das Caixas de tal modo que a Vila a qual pertencia, São João de Itaborahy, chegou a concorrer na assembleia provincial³⁷ em 1834 com a Vila de Praia Grande, o título da capital da província do Rio de Janeiro³⁸, perdendo para Praia Grande. Além do grande prestígio no Império, a família Rodrigues Torres exerceu na localidade formas de poder geradas nas relações pessoais de parentesco e clientelismo³⁹.

Segundo o autor Théo Lobarinhas Piñeiro, o Império brasileiro foi compreendido como produto de uma expansão e uma dominação, que se materializam na subordinação das diversas regiões aos interesses e à direção dos grupos dominantes do sudeste e, em especial, do Rio de Janeiro. Mais do que isto, ele foi o resultado da aliança de classes entre proprietários de terras e escravos, especialmente os da Província do Rio de Janeiro, com os negociantes, principalmente os estabelecidos na Corte, ao mesmo tempo em que se incorpora, no interior do próprio Estado, no processo de (re)centralização, classes e frações de classe de outras regiões do país⁴⁰. Ilmar Rohloff de Mattos citou que o momento em que se propunham a tarefa de construção de um estado soberano, levaram a cabo seu próprio forjar enquanto classe, transbordando da organização e direção da atividade econômica meramente para a organização e direção de toda a sociedade, gerando o conjunto de elementos indispensáveis à sua ação de classe dirigente e dominante. Para o autor, essa classe não se constituiu unicamente dos plantadores escravistas, mas também dos comerciantes que lhes viabilizavam e, por vezes, com eles se confundiam de maneira indiscernível, além dos setores burocráticos que tornavam possíveis as necessárias articulações entre política e negócios, a classe senhorial se distinguiria nesta trajetória por apresentar o processo no qual se forjava por meio do processo de construção do Estado imperial⁴¹.

A família Rodrigues Torres fazia parte tanto da classe grandes proprietários de terras e escravos como a classe de comerciantes, alcançado uma grande representatividade no governo, passando a ter fortes influências no Império brasileiro. O perfil da família de Joaquim José Rodrigues Torres confundiu-se com as demais famílias de proprietários de terras e escravos da província fluminense no século XIX, onde poder e dinheiro andavam juntos. A grande diferença entre os Rodrigues Torres e as outras famílias foi o tempo de permanência no poder e os altos cargos por eles exercidos, em especial pelo Joaquim José Rodrigues Torres, que além de todos as funções executadas já citadas, foi também presidente do Banco do Brasil por duas vezes.

O fortalecimento e a continuação do prestígio social dos estadistas, formados por famílias importantes, eram mantidos entre outras formas, através de alianças matrimoniais⁴². Richard Graham afirmou que as famílias representavam importante fonte de capital político. Naturalmente, como em outros lugares, elas dedicavam-se a aumentar suas propriedades,

36 FLETCHER, James Cooley; KIDDER, Daniel Parish. *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p.338-339.

37 SANTOS, *op.cit.*, p.19.

38 BRASIL. *Carta de lei nº2 de 26 de março de 1835, que erigiu a Vila Real de Praia Grande a capital da província do Rio de Janeiro*. Disponível em <<http://culturaniteroi.com.br/blog/?id=421>>. Acesso em 27 de maio de 2016.

39 O clientelismo constituiu a trama da ligação política no Brasil do século XIX e sustentou virtualmente todo o ato político. In: GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p.15.

40 PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. “Estado Imperial: Classes e Dominação”, *ANPUH - XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-Londrina*, 2005, p.3-4. Disponível em <<https://anais.anpuh.org/?p=17182>>. Acesso em 31 de abril de 2017.

41 MATTOS, *op.cit.*, p.57.

42 PENHA, Ana Lúcia Nunes. *Nas Águas do Canal. Política e Poder na Construção do Canal Campos - Macaé (1835-1875)*. Tese apresentada ao curso de doutorado da Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Niterói, RJ: UFF, 2012, p.45.

ao longo de várias gerações, famílias bem sucedidas acumularam recursos significativos. Os vínculos que levavam os homens a cargos oficiais e ao domínio local constituíam parte importante desses recursos, e através da política, famílias lutavam para preservá-los, muitas vezes contra outras famílias. Para o autor, os limites da família iam muito além do pai, mãe e filhos. A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendiam-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos, e em seguida, pelo a um número igualmente grande de casamentos. Ser padrinho, afilhado, compadre ou comadre também implicava obrigações e proteções mútuas, em ajuda nas eleições ou na garantia em cargos do governo⁴³. O próprio Paulino José Soares de Sousa alcançou sua ascensão social e política pelo casamento com Ana Macedo Álvares de Azevedo, irmã da esposa do Visconde de Itaborahy, cujo pai tinha parentesco e relações de família com os principais fazendeiros da baixada, que representavam então uma das mais consideráveis forças políticas da província⁴⁴.

É fundamental o entendimento do processo do fortalecimento e a continuação do prestígio social das famílias para que se identifique as redes de sociabilidade e parentesco das elites reunidas no conselho de estado e suas continuidades referentes aos principais grupos econômicos do país, cuja influências foram estendidas em direção ao poder central. A identidade individual estava estreitamente ligada as relações familiares e nas redes sociais nas quais os indivíduos estavam inseridos, fazendo com que muitas vezes os homens públicos fossem representantes de famílias e grupos de negócios que, de alguma forma, os levaram até o poder. Essa rede forneceu a compreensão do termo elite como grupos com identidades construídas a partir de relações de parentesco, crenças e práticas políticas⁴⁵.

A intrínseca rede familiar feita a partir dos casamentos entre a família Torres e diversos produtores fluminenses, alguns com títulos de nobreza. Para Mariana de Aguiar Ferreira Muaze, a aquisição de títulos de nobreza também foi um elemento primordial para a conquista da importância social almejada e portanto uma preocupação constante das famílias abastadas das elites, tanto intelectual quanto agrária, na segunda metade do século XIX⁴⁶. Os laços criados pelos casamentos entre as famílias foram tão fortes que apagaram os tênues limites provinciais, transformando-se em um único bloco onde se espalharam os cafezais. Por meio dessa política de casamentos, surgiu uma verdadeira dinastia cafeeira⁴⁷, formada por produtores, comerciantes e políticos ligados diretamente ao café. Para Muaze, no que se refere aos acordos de casamento, estes eram vistos pela classe dominante como meio de manter a honra e a fortuna. Os matrimônios eram intencionalmente calculados para proporcionar a manutenção das famílias como parte de um grupo seletivo e, ao mesmo tempo, gerar novos elementos de poder e prestígio que as distinguissem e elevassem de seus pares. As exigências minuciosas feitas durante o processo de arranjos matrimoniais revelam o esforço de consolidação de novas alianças políticas, econômicas e sociais que tinha como objetivo estruturar uma rede complementar que, em última instância iam propiciar a permanência na elite da sociedade brasileira da época, preservando as fortunas, mas também buscando o prestígio perante o império⁴⁸.

Apesar disso, não se pode reduzir a formação dessa elite da sociedade somente a um processo de expansão de alianças familiares a partir de um núcleo de origem, formado por

43 GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do século XIX. Editora UFRJ, 1997, p.35-37.

44 SALLES, *op.cit.*, p.8.

45 MARTINS, Maria Fernanda Vieira. "A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil", *Topoi*, v.7, n.12, 2006, p.181-212.

46 MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *Por uma micro-história da família*, p.24. Disponível em < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/analises/14/1300404775_ARQUIVO_ANPUH2011PRONEX.pdf. Acesso em 14 de setembro de 2017.

47 MATTOS, *op.cit.*, p.66.

48 MUAZE, *op.cit.*, p.22.

uma ou mais famílias radicadas em uma região central. Para Ricardo Salles, se tal característica fez parte da formação da classe e pode ser concretamente rastreado em termos de indivíduos, famílias e grupos com redes de interesse mais ou menos extensas, ele não foi seu aspecto principal. Segundo o autor, a partir de uma situação histórica particular, no caso brasileiro, a conjuntura de 1837- 1842, como vivida pelos os Saquaremas, as ações de indivíduos, famílias, grupos, muitos deles radicados em aparatos institucionais locais, regionais e nacionais, resultaram grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização, com a consciência coletiva de seus interesses econômico-corporativos e sua formulação enquanto identidade e interesses universais, com capacidade de incorporar e modificar interesses de outros grupos sociais, tornados, assim, subalternos. Para Salles, esta foi a época em que se colocou a questão do Estado e da direção moral e intelectual de toda sociedade, de todo o Império, e não apenas da região fluminense, como forma de manutenção e reprodução da ordem senhorial-escrivista. Assim, após 1842, a formação de redes familiares e de círculos de influência continuou sendo importante, mas agora mediado pelo processo social irradiador do Estado (em sentido amplo). Além dos vínculos criados pelo casamento, a chegada ao poder dos Saquaremas proporcionou o acontecimento da elite fluminense, tanto a elite intelectual, escravocrata quanto a comerciante. E a família Rodrigues Torres pertencia simultaneamente a todas essas elites.

ara Martins, além das relações que se estabeleciam na Corte, onde evidenciaram as estreitas ligações que uniram os conselheiros aos grandes comerciantes e capitalistas e ao que se poderia considerar uma iniciante elite empresarial, ficou claro ainda que a alta cúpula do poder imperial reunida no Conselho de Estado encontrou-se próxima às oligarquias regionais, fossem por linhagem direta ou pela eficiente política de casamentos. Segundo Martins, eram nas principais províncias do Império brasileiro que muitas vezes se originavam e ramificavam as relações pessoais e familiares verificadas na Corte, alimentadas pelas práticas clientelares e de poder e dependência pessoal, que davam sustentação eleitoral e política ao governo central⁴⁹. Foram ampliadas as formas de solidariedade horizontal dessas famílias que, envolvidas e condecoradas pelo estado imperial, utilizaram de sua posição para a defesa de seus interesses, em uma relação extremamente corporativista⁵⁰.

Visconde de Itaborahy e seu cunhado Visconde de Uruguai utilizaram de todo seu poder para manter o comércio do Porto das Caixas, formado em sua maioria por seus familiares. Influenciaram principalmente no investimento em obras públicas para a melhoria das estradas e do porto fluvial, constantemente assoreado. O auge econômico do Porto das Caixas se confundiu com o auge do poder político dos Saquaremas. Mas o prestígio alcançado pela família Rodrigues Torres e a importância econômica do Porto das Caixas não resistiram as mudanças políticas imperiais. Emília Viotti da Costa relatou que nas últimas décadas do Império a competição política entre liberais e saquaremas adquiriu novo significado. O crescimento econômico e as transformações sociais que ocorreram no país a partir de 1850 trouxeram para o cenário político novos grupos de interesse, ficando impossível manter a aliança entre os partidos, rompendo-se a Conciliação.

A aprovação pelo parlamento do voto distrital desestabilizou ainda mais a base política da liderança conservadora e Joaquim José Rodrigues Torres já não tinha mais a outrora influência no Império. As eleições de 1860 geraram ainda um quadro de instabilidade parlamentar, já que os liberais passaram a compor a maior parte das cadeiras da Câmara dos deputados⁵¹.

Em 1868, a queda do ministério liberal e sua substituição por um ministério conservador

49 MARTINS, *op.cit.*, p.189-190

50 MATTOS, *op.cit.*, p.67.

51 PENHA, *op.cit.*, p.203-204.

desencadeou uma crise política de amplas proporções, culminando num manifesto do partido liberal em favor da descentralização, da transformação do Conselho de Estado em órgão exclusivamente administrativo, da abolição da vitaliciedade do Senado, das eleições diretas, da extensão do direito de voto aos não-católicos, da autonomia do judiciário, da criação de um sistema de educação independente do Estado, da secularização dos cemitérios, da liberdade religiosa e da emancipação gradual dos escravos⁵². Sem a antiga força política ficou impossível lutar contra os graves problemas de assoreamento que o rio do Porto das Caixas passava. Em 1870, o golpe final para a localidade foi desferido, a lei provincial nº 1533 autorizou a construção do prolongamento da estrada de ferro de Cantagalho-Porto das Caixas até Niterói, chamada Carril-Niteroiense, ficando o porto sem função comercial. O poder político local continuava em decadência e em 1871, a queda do prestígio da família Rodrigues Torres apareceu em três edições do periódico *A Reforma*, que também demonstrou o quanto foi influente a família perante ao Império, comparando a região com um feudo: “Dezenas de anos os barões feudais do Porto das Caixas viveram aninhados no egoísmo, amamentando frondosas ninhadas”⁵³. Um mês após a publicação dessa notícia, o periódico continuou a sua crítica, sinalizando que “Cada vez a influencia do Porto das Caixas mingua mais”⁵⁴ e “Até que enfim a legião dos sobrinhos está em debandada. O escravismo foi derrotado, os medalhões do Porto das Caixas não podem tanto como diziam poder”⁵⁵ em uma alusão aos parentes escravocratas de Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, que permaneceram no Porto e que obviamente não possuíam mais o prestígio político de antes. O Visconde de Itaboraí faleceu em 8 de janeiro de 1872⁵⁶.

Inaugurada em 1 de dezembro de 1874 o prolongamento Carril-Niteroiense acabou por completo com o comércio do Porto das Caixas. A produção agrícola de Friburgo e Cantagalho passou a ir direto para Niterói e de lá transportada para o porto do Rio de Janeiro:

Entre 1871 e 1875, a construção da estrada de ferro até Itaboraí (e também à Nova Friburgo) e, principalmente, o prolongamento da via férrea de Vila Nova até Niterói, significou o aniquilamento definitivo de Porto das Caixas e também de Vila Nova como portos fluviais, tornando-se a primeira uma pequena estação intermediária[...] A partir daí, os casarões e pequenos armazéns de Porto das Caixas caíram em ruínas e o mato invadia as ruas desertas⁵⁷.

Porto das Caixas na década de 1880, esquecida e abandonada, já não era nem a sombra da Freguesia que um dia foi. Os poucos visitantes que ainda passavam pelo local, assustavam-se com a ruína daquele porto, que chegou a ser o terceiro em importância para a província fluminense: “É realmente constritor o aspecto d’este lugar outrora tão florescente e hoje tão decadente; faz pena ver as ruínas apoderarem-se de dia para dia de tantos prédios; alguns estão a cair e outros a demolir-se”⁵⁸

A análise da influência do poder político da família Rodrigues Torres no Porto das Caixas e no Império possibilitou uma visão crítica e ampla sobre as estruturas de poder do segundo reinado, onde os laços matrimoniais e de parentescos reuniram a

52 COSTA, *op.cit.*, p.203-204.

53 *A REFORMA*. Rio de Janeiro: Nº 197, 31 de agosto de 1871, p.2.

54 *A REFORMA*. Rio de Janeiro: Nº 202, 6 de setembro de 1871, p.1.

55 *A REFORMA*. Rio de Janeiro: Nº 197, 31 de agosto de 1871, p.2.

56 *Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro: p.56, 1872. Disponível em <<http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak/al1872/000000.html>>. Acesso em 12 de agosto de 2016.

57 MACHADO, Lia Osório. *Gente do Caceribu, sua Geografia, sua história*. Trabalho de pesquisa realizado pela Prof.ª Dr.ª Lia Osorio Machado, da Universidade Federal do Rio de Janeiro que integrou a primeira fase do projeto “Gente do Caceribu”. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/1998-gente-do-caceribu-LOM.pdf>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

58 *GAZETA DE NOTÍCIAS*. Rio de Janeiro: Anno VII, nº 331, 28 de novembro de 1882, p.2.

elite escravocrata e intelectual, garantindo a influência política para benefício próprio. Observou-se a estrutura política, as divisões partidárias, econômicas e sociais da elite pertencente a província do Rio de Janeiro e sua atuação direta no poder central de D. Pedro II. Não se pode pensar em uma relação unilateral, onde somente uma parte foi beneficiada.

Porto das Caixas, hoje nem sombra do que foi no seu passado, entrou em cena como berço de figuras fundamentais do Império de D. Pedro II, sendo o principal Joaquim José Rodrigues Torres. Agraciado com o título de Visconde de Itaboraí, membro da Trindade Saquarema, conservador, circulou por maior parte da sua vida em cargos de importância política significativa, conseguindo através de inúmeras articulações, favorecer o comércio do Porto das Caixas e por consequência seus familiares, donos de terras e comerciantes do local. Mesmo com sua existência comercial desde o século XVII, nada alavancou e sustentou comercialmente o Porto das Caixas como o prestígio da família Rodrigues Torres no Império, pertencentes a elite imperial, com os membros na Trindade Saquarema.

Recebido em: 28/01/2018

Aprovado em: 22/06/2018